



escola de **gestores**
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O CONSELHO ESCOLAR
COMO INSTRUMENTO PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO**

REGINA LUCIA FERNANDES FREITAS

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O CONSELHO ESCOLAR
COMO INSTRUMENTO PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Aline Gabrielle Pereira do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE

2013

Regina Lucia Fernandes Freitas

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ----- de Outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. Aline Gabriele Pereira (Orientadora) - UFMG

Regina Lucia Fernandes Freitas - Cursista

DEDICATÓRIA

À Minha família que estiveram presentes em todos os momentos dessa minha caminhada e que me estiveram sempre ao meu lado na realização desse sonho e acreditaram no meu potencial.

Aos meus amigos pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Foi um ano de muito esforço, dedicação e dificuldades, mas enfim concluo esta trajetória com imenso orgulho e satisfação em está alcançando mais uma vitória em minha vida.

Resta-me agradecer, primeiro à Deus pelas bênçãos que tem me proporcionado, por essa oportunidade que Ele colocou em meu caminho e pela proteção que tem me dado durante esse tempo todo.

Agradeço aos meus pais, pelo amor e por terem me ensinado a viver com dignidade e respeito, aos meus filhos: Mariana, Lazarony e Hilana, razão do meu viver. A meu esposo José Teodoro pela compreensão e incentivo diário, paciência e apoio durante o curso e aos professores por todo o conhecimento adquirido e aos colegas, principalmente Clênio e Alexandre pela companhia, parceria e auxílio constante.

“Não tenha medo de crescer lentamente,
tenha medo de ficar parado”.
Provérbio Chinês.

RESUMO

O referido Trabalho de Conclusão de Curso discute o processo de avaliação institucional, responsável por auxiliar na identificação dos problemas que interferem na aprendizagem dos alunos e na instituição como um todo. A temática é fruto de uma demanda criada na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola investigada, na qual se pretendia ampliar o processo avaliativo utilizado na escola. Sendo assim, a presente pesquisa busca fornecer subsídios teóricos que auxiliem na implementação de uma avaliação institucional democrática. A bibliografia consultada ressalta a importância da avaliação institucional para o planejamento e execução dos objetivos estabelecidos pela escola, e destaca o Conselho Escolar como um mecanismo eficaz de sua realização. Entretanto a escola investigada encontra carências na implementação do Conselho Escolar, pois não possui autonomia para executar o seu papel institucional de uma forma democrática; a mesma não tem autonomia decisória, tampouco ação participativa com relação à escolha do gestor escolar, designação de funcionários e compra de materiais, as quais cabem apenas ao poder executivo, cabendo à escola somente o poder de decisão no que se refere ao espaço interno da mesma, obedecendo ao comando da Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Conselho Escolar; Projeto Político-Pedagógico; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
3. O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14
ANEXO: PPP da Escola Municipal Paiva	16

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Paiva¹ atende, atualmente, cento e oitenta e sete alunos, fazendo um atendimento das crianças de três a cinco anos na Educação Infantil, e também no Ensino Fundamental, tendo a duração de nove anos. Foi fundada para atender às expectativas e necessidades da comunidade local.

Seu corpo discente é formado por alunos carentes, que trabalham com seus pais nos afazeres relacionados à plantação de lavouras e criação de animais, e demonstram interesse em adquirir conhecimento por causa da necessidade de buscar melhores condições de vida familiar. Os mesmos apresentam poucos casos de indisciplina, devido ao respeito e carinho para com o professor, da mesma forma que seus pais demonstram. Boa parte dos pais não são alfabetizados e vivem trabalhando o dia todo na lavoura, sendo natural para eles, levar os filhos para ajudarem no plantio e na colheita de feijão e milho em algumas ocasiões do ano. Existem problemas na aprendizagem, pelo fato de os pais não acompanharem nas tarefas de seus filhos e pelo absenteísmo provocado pelas chuvas que impossibilitam os transportes escolares de rodar, permanecendo o tempo de chuva sem aula, e principalmente no período de plantio e colheita. Para tanto, a Escola Municipal Paiva, pretende prestar assistência, apoio, educação e iniciação da criança na sua vida social, cultural e intelectual.

A avaliação da aprendizagem acontece de forma diagnóstica na vida escolar desse aluno, para se ter um ponto de partida; além da avaliação contínua e processual. Entretanto, foi destacado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola (em anexo) o desejo de implementar uma forma de auto avaliação que alcançasse a instituição como um todo.

A avaliação institucional da Escola Municipal Paiva está caminhando de forma lenta e insegura, pois as tomadas de decisão da gestão escolar ficam na dependência de outros órgãos, a saber, a Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura Municipal, impossibilitando-a de desenvolver a avaliação institucional de forma democrática

¹ Foi adotado um nome fictício para resguardar a privacidade da escola e de seus integrantes.

Foi dada ênfase a esse tema, uma vez que ele abrange toda a escola em suas diversas funções. Dando foco a esta questão, acredita-se que o olhar voltado para esta instituição seria de que a mesma pode e tem condições de fazer a diferença, não esquecendo de atribuir aos alunos e às famílias dos mesmos as suas responsabilidades, mas cumprindo com as obrigações do Estado, unindo escola e sociedade como atores de todo o processo.

Sendo assim, buscou-se, com o presente trabalho, um aprofundamento teórico que auxiliasse na implementação da avaliação institucional na Escola Municipal Paiva. Especificamente, objetivou-se:

- Buscar subsídios que permitam decisões conscientes e democráticas sobre o processo de avaliação institucional;
- Conhecer melhor as funções do Conselho Escolar, e de que maneira ele pode auxiliar na implementação da avaliação institucional;
- Fundamentar um processo avaliativo mais amplo, levando em conta os resultados que a escola já possui.

Para tanto, foi utilizada como metodologia a análise bibliográfica de artigos que tratam das temáticas abordadas, bem como do PPP da escola investigada.

2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 77), avaliar significa “determinar a valia ou o valor”. Mas quando se fala em avaliação escolar, mais do que saber o significado de avaliação, é necessário, primordialmente, definir os objetivos a serem alcançados, pois a avaliação será, então, o instrumento utilizado para identificar até que ponto esses objetivos foram alcançados e fornecer subsídios para novos planejamentos de superação dos problemas enfrentados (SOUZA *et al.*, 2005).

Entretanto, segundo Sousa (1999, p. 1), em geral a avaliação realizada sistematicamente e tradicional na instituição escolar é voltada para o educando, responsabilizando apenas o mesmo pelos resultados, sendo eles bons ou ruins e, dessa forma, “o fracasso ou o sucesso escolar dos alunos tendem a ser interpretados em uma dimensão individual, não sendo tratados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola”.

Sendo assim, torna-se necessário ressignificar a avaliação nos sistemas públicos de ensino da educação básica, a construção de propostas mais precisas de avaliação da escola como um todo, que direcionem para trabalhos sistematizados de análise organizada da escola, chamados de avaliação institucional (SOUSA, 1999).

Também Souza *et al.* (2005) defende a ampliação do conceito de avaliação escolar, frisando que a avaliação institucional não é a mesma que se realiza para medir o nível de aprendizagem dos educandos, apesar de estarem interligadas. Neste sentido, a avaliação institucional ajudaria na explicação dos resultados obtidos pela avaliação da aprendizagem dos alunos, e a avaliação da aprendizagem, por sua vez, contribuiria para se ter uma organização da escola, para desenvolver um trabalho avaliativo sobre a instituição, tendo como suporte o planejamento participativo, apontando como referencia o educando, mas considerando também os aspectos que contribuem para o bom andamento pedagógico.

É preciso que se desperte a atenção da escola sobre as condições físicas, materiais, do procedimento democrático dos membros da escola, englobando também o trabalho dos professores e o desempenho dos alunos, que são de grande relevância para uma melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o compromisso pela aprendizagem dos educandos, deve envolver a escola como um todo desde os gestores aos pais (NAVARRO *et al.*, 2004).

Além disso, de acordo com Sousa (1999), para que o trabalho avaliativo da instituição tenha uma importante contribuição para o aperfeiçoamento das atividades que estão sendo desenvolvidas, ele deve conter quatro características: ser democrático, ser participativo, ser abrangente e ser contínuo; características marcantes de um órgão colegiado que, se criado e mantido de maneira democrática, pode ser um forte aliado na implementação da avaliação institucional.

3. O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A implementação da avaliação institucional através do Conselho Escolar é defendida por Navarro *et al.* (2004), em função de sua visão e composição estratégicas:

Tendo esse panorama global do processo educativo, o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade (NAVARRO *et al.*, 2004, p. 1).

O Conselho Escolar tem um importante papel, pois é o espaço de discussões sobre o que acontece na educação e em toda a prática pedagógica da escola. Portanto, é de fundamental importância que se conheça a função do Conselho Escolar, as principais atribuições, sua composição que na maioria dos conselhos se dá através de: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013).

Entretanto, os autores ressaltam que a eleição do Conselho Escolar ocorre de acordo a prática vivenciada pela escola, isto é, se for uma prática da gestão democrática, os componentes do referido conselho serão eleitos pelos membros de cada segmento: professores, estudantes, funcionários e pais, com a participação de todos que são integrantes da organização de movimentos têm direito de participar e dar suas opiniões. Porém, se a prática autoritária dominar a prática escolar, dificilmente ele terá ações democráticas.

Sendo assim, é necessário que desde o momento do seu surgimento, a coletividade escolar seja mobilizada para a discussão da importância de um órgão colegiado e sua organização político-pedagógica, definindo coletivamente os caracteres para a construção do Conselho. É importante valorizar todo tipo de possibilidades que sejam louváveis à construção e a constituição do mesmo (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013).

É importante que todos os que estão envolvidos nessa história construtiva ajam espontaneamente, tendo prazer em deixar suas contribuições registradas e dando possibilidades a outras pessoas de construção e

conhecimento. Para tanto, é fundamental que a participação coletiva seja valorizada pela escola,

compreendida como a organização e gestão cujo objetivo é criar as condições e mecanismos para que os diferentes sujeitos sociais possam atuar e interferir nos diferentes espaços de decisão e responsabilização das unidades escolares. Significa reconhecer que na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013, p. 2).

Sendo assim, uma vez implantado, eleito e organizado de maneira democrática, o Conselho Escolar atenderia às quatro características básicas apontadas por Sousa (1999) para uma avaliação institucional que contribua para o aperfeiçoamento das ações escolares.

Por essa razão, Navarro *et al.* (2004) ressalta que diante de uma visão ampla com relação à educação, o Conselho Escolar tem condição de dar apoio à escola na execução de seu compromisso, formando cidadãos críticos e participativos. Justamente em função dessa visão, é possível e necessário que o Conselho Escolar avalie não só o desempenho do aluno, mas também de todo processo escolar como: o contexto social, a gestão democrática, as condições físicas, matérias e pedagógicas da escola e os desempenhos dos educandos, docentes e não-docentes.

Depois de todo o trabalho realizado sobre a avaliação é necessário que seja feita uma coleta de dados, diagnosticando a vida escolar do educando nos registros da secretaria, realizando um questionário ou uma entrevista com os membros da direção para conhecer a realidade social em que a escola está localizada, juntamente com os órgãos da prefeitura e a Secretaria de Educação (NAVARRO *et al.*, 2004).

Infelizmente, as tomadas de decisões da Escola Municipal Paiva, são feitas pela Secretaria Municipal de Educação, como também pelo poder executivo do município. A mesma não tem autonomia decisória, tampouco ação participativa com relação à escolha do gestor escolar, designação de funcionários e compra de materiais, as quais cabem apenas ao poder executivo, cabendo à escola somente o poder de decisão no que se refere ao espaço interno da mesma, obedecendo ao comando da Secretaria Municipal de Educação.

O Conselho Escolar ainda não foi implementado, o Colegiado e a Associação de Pais e Mestres estão desatualizados, e os mesmos não têm muita influência nas decisões da escola, pois o poder executivo é quem decide e deixa pouca abertura para uma gestão realmente democrática.

Analisando a impotência em que se encontra a Escola Municipal Paiva, faz-se necessário que os membros que acompanham a mesma, tomem uma decisão enérgica com relação à posição dos outros órgãos, que estão impedindo a escola de exercer a democracia. Fala-se tanto em formar cidadãos críticos, conscientes, capaz de transformar a sociedade onde vivem, de que forma? Se nem o Conselho Escolar pode ser criado da maneira ideal? Se a escola não tem autonomia para tomar decisões e fazer valer a democracia?

É urgentemente necessária a conscientização da comunidade escolar sobre a situação de autoritarismo à qual a escola está sendo sujeita. Para tanto, é fundamental a criação de um Conselho Escolar representativo da realidade escolar, para que se crie uma avaliação institucional democrática e para que a Escola Municipal Paiva venha a alcançar todo o seu desenvolvimento como instituição, encontrando um espaço de debate para os seus questionamentos e quem sabe, sendo referencia no local em que está situada, tornando-se a partir daí, capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e transformadores do meio que vivem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender, portanto, que a avaliação institucional não é a mesma que se realiza para medir o nível de aprendizagem dos educandos, e apesar de reconhecer sua importância, é necessário ir além. É preciso que se desperte a atenção da escola sobre as condições físicas e materiais, do procedimento democrático dos membros da escola e do contexto em que ela se insere, para desenvolver um trabalho avaliativo sobre a instituição tendo como suporte o planejamento participativo e como referencia o educando.

Para que o processo de avaliação institucional funcione, é necessário que haja precisão sobre o quê se está avaliando e de como se está avaliando, levando em conta os resultados que a escola já possui e os objetivos que pretende alcançar. É necessário que as pessoas, que estão envolvidas no

desenvolvimento avaliativo, se posicionem significativamente, analisando situações observadas nos educandos que fazem com que eles adquiram certo conhecimento ou não, mas sem desconsiderar o todo da escola e o contexto em que se insere.

Um olhar voltado para os recursos que a escola possui, pode colaborar, principalmente para esclarecer o que se possui com relação à avaliação da aprendizagem, sendo a mesma também de peso para a avaliação institucional.

A decisão de avaliar uma série de coisas em função de outras, requer tomada de decisões importantes. Não se deve pensar em apenas um modelo de avaliação para todas as escolas, pois ele precisa ter significado para cada processo educacional e social em andamento.

A avaliação institucional é de grande valia para o diretor da escola, sendo ele uma das peças fundamentais no processo de gestão da escola, cabendo mencionar também a importância do Conselho Escolar, como recurso de relevância para o processo de avaliação institucional.

Portanto, analisando todo um processo de avaliação na instituição, fica claro que toda escola deve e precisa dispor desse mecanismo, o qual é primordial tanto para a escola quanto para os educandos, no qual se pode desenvolver um trabalho a partir do que já se possui, dando oportunidade a toda a comunidade escolar de ser referência no local onde a escola está inserida. No âmbito desse processo, valoriza-se também o Conselho Escolar, pois o mesmo dispõe dos requisitos fundamentais para ajudar a escola no desenvolvimento de suas atividades de planejamento e auto avaliação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, A. B. de H. . **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira SA, 2001.

NAVARRO, I. P.; *et al.* . **Avaliação: o processo e o produto**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg acesso em 01/09/2013.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. . **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar**. Escola de Gestores da Educação Básica; MEC/SEB. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg acesso em 01/09/2013.

SOUSA, S. M. Z. L. . **Avaliação institucional:** elementos para discussão. Texto adaptado de palestra realizada pela autora no Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira", promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 04/08/1999. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg acesso em 01/09/2013.

SOUZA, A. R. de; et al. . **Avaliação institucional:** a avaliação da escola como instituição. UFPR; MEC/SEB. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.32-38 (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg acesso em 01/09/2013.

ANEXO: PPP da Escola Municipal Paiva



ESCOLA MUNICIPAL PAIVA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ALEXANDRE DE SOUZA GUIMARÃES

CLÊNIO RAMOS REZENDE

REGINA LÚCIA F. FREITAS

JOAÍMA, 2013



ESCOLA MUNICIPAL PAIVA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

JOAÍMA, 2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3. CURRÍCULO	09
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO	13
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	14
7. AVALIAÇÃO	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Paiva², antes da sua nucleação, era chamada de Escola Municipal Felipe dos Santos, mas teve sua denominação alterada pelo Projeto de Lei Municipal nº. 12/99, de 18 de maio de 1999. A escola foi criada pela portaria nº. 64/2001 – nos termos do artigo 1º da Resolução SEE nº. 66, de 10 de abril de 1999; do parágrafo único do artigo 31 da Resolução CEE nº. 306, de 19 de janeiro de 1984.

Seu nome foi sugerido pelos moradores da comunidade, homenageando o dono da Fazenda o Sr. Mariano Dutra. Essa sugestão foi encaminhada e aprovada pela Câmara Municipal de Joáima, sob a iniciativa do vereador Fidelcino Gil de Souza.

A Escola Municipal Paiva, como todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, pertence à Secretaria Municipal de Educação (SME) e está vinculada a 2ª Superintendência Regional de Almenara/MG, da qual recebe orientações no que se refere à legislação e filosofia de trabalho da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Atualmente a Escola Municipal Paiva atende à aproximadamente cento e oitenta e sete alunos das comunidades Marianos, Convém, Diamantina, Caracol e Quarteirão, cujo transporte escolar se faz garantir pela Instrução n.º 002/95 de Belo Horizonte de 11 de agosto de 1995. A escola atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, este tendo a duração de nove anos, em é organizado em regime de ciclos.

A referida escola é privilegiada pelo espaço físico que possui. Esse espaço é constituído de uma área livre totalmente gramada e arborizada, duas quadras esportivas, uma de peteca e outra de futsal. Nesses espaços os alunos se divertem e praticam atividades esportivas e de recreação.

Os moradores das comunidades rurais da localidade também utilizam esses espaços da escola todos os dias após as aulas e nos finais de semana, para práticas esportivas e de lazer. Além dessa utilização, são realizados também eventos culturais, religiosos, festivos, reuniões da associação comunitária e outras.

² Foi adotado um nome fictício para resguardar a privacidade da escola e de seus integrantes.

O corpo discente da escola é composto de alunos carentes que atuam com seus pais nas atividades voltadas ao cultivo de lavouras e criação de animais. Esses alunos apresentam a vontade de aprender devido à necessidade de melhorar as condições de vida da família. São alunos com poucos casos de indisciplina, pois assim como seus pais, têm um respeito e apreço muito grande pelo professor. A maioria dos pais apresenta baixa escolaridade e estão a maior parte do dia envolvidos no trabalho na lavoura. É comum os alunos serem levados pelos pais para auxiliarem tanto no plantio quanto na colheita de feijão e milho, em algumas épocas do ano.

Há problemas na aprendizagem, devido às dificuldades de acompanhamento pelos pais nas tarefas escolares em casa e ausência de alunos devido à problemas climáticos (chuva) que impedem os transportes escolares de circular, ficando o período de chuvas sem aula, especificamente em época de plantio e colheita. O impedimento para circulação do transporte é geográfico, devido principalmente à localização da escola ser num vale abaixo das comunidades rurais. Há pontos de alagamento na estrada que ainda é de terra e bem acidentada.

1 - FINALIDADES DA ESCOLA

A principal finalidade da escola é desenvolver um trabalho humanista visando um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos, participativos e pesquisadores, que valorizem o respeito à disciplina, a solidariedade, a dignidade e que busquem harmonia entre funcionários, alunos e comunidade.

O objetivo geral da escola é oferecer uma educação de qualidade baseada em metodologias diversificadas, com o comprometimento de toda a comunidade escolar, tendo como suporte uma instituição organizada e consciente dos seus direitos e deveres. Segundo Paro (2005, p. 10): “Se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí... Nesse sentido, que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.”

Para transformar o sistema de autoridade e distribuição do próprio trabalho no interior da escola é necessário que se estabeleça uma gestão

democrática, participativa e atuante, pois segundo Dourado, Oliveira e Santos (2013, p. 22): “[...] a gestão democrática participativa na escola apresenta-se como um dos aspectos fundamentais das condições de oferta de ensino com qualidade.”

A escola seguirá o planejamento proposto no Projeto Político Pedagógico, em razão deste trazer, segundo Souza (2005): “a definição de um marco referencial, a elaboração de um diagnóstico e a proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva”.

O referido projeto tem como objetivo principal, retratar o planejamento da escola e, ainda segundo Souza (2010): “caracteriza-se como meio por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, com possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho”. Acredita-se ainda que, quando o projeto é elaborado por todos, a garantia do envolvimento de todos no processo é muito maior, visto que é uma produção coletiva onde todos tiveram sua participação.

Baseada no princípio de gestão democrática, a equipe da escola discutiu com todos os segmentos sobre vários aspectos, dentre eles a opção filosófica, política, sócio-antropológica e pedagógica da escola. Quanto à opção filosófica, a escola pretende formar cidadãos críticos, participativos capazes de se interagir na sociedade a qual estão inseridos, atuando e valorizando a democracia. Para isso, a escola pretende oferecer uma educação de qualidade capacitando as equipes pedagógica e docente.

(...) para vivenciarmos essa democracia no contexto escolar, precisamos articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade, caracterizando a escola como espaço de convivência social, onde todos aprendem, identificando problemas que podem dificultar a relação entre escola e a comunidade (DOURADO, 2010, p. 14)

Nesta perspectiva, a Escola Municipal Paiva tem como missão: “proporcionar o desenvolvimento integral de seus alunos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando as ações da família e da comunidade, preparando-os não só para o Ensino Médio, mas também para a vida.” (BRASIL, 1996, Art. 29º, Seção II).

A escola tem se organizado a partir dos seguintes objetivos gerais:

- ✓ Organizar uma proposta pedagógica clara e objetiva que norteie a prática docente e proporcione aos alunos um melhor desempenho na aprendizagem e na própria vida;
- ✓ oferecer aos alunos uma educação de qualidade, para que estes possam ser cidadãos participativos na sociedade a qual estão inseridos;
- ✓ criar condições para que os alunos tenham consciência de preservação do meio ambiente e que saibam utilizar os recursos naturais sem agredir a natureza;
- ✓ buscar alternativas para recuperar a aprendizagem dos alunos que se encontram com a idade avançada em relação ao seu nível de aprendizagem;
- ✓ buscar a parceria das famílias na busca de uma aprendizagem significativa, no que se refere às atividades para casa e também na frequência dos alunos e nas reposições de aulas em períodos de chuvas;
- ✓ acompanhar o processo ensino-aprendizagem fazendo análise de resultados das avaliações diagnósticas internas e externas e
- ✓ promover ações que estimulem o gosto pelas práticas de leitura, produção escrita e desenvolvimento das práticas sociais.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola compreende dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. Fazem parte das estruturas administrativas: os recursos humanos, físicos e financeiros, a arquitetura do prédio, equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica).

Quanto às estruturas pedagógicas, segundo Alves (1992, p.21), “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e

eficaz as suas finalidades”. Referem-se às interações políticas e às questões ligadas ao ensino-aprendizagem e ao currículo.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Paiva está situada na Fazenda Braço Esquerdo, 10, Zona Rural, distrito de Giru, Joáima/MG.

A infraestrutura se encontra em excelente estado de conservação, contando com seis salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma sala para os professores com banheiro, um laboratório de informática, dois depósitos, uma cantina, um refeitório, um escovódromo, uma quadra de esporte, uma quadra de peteca, um pátio, dois banheiros (masculino e feminino). Falta uma biblioteca completa com variedades de acervos, pois o espaço de leitura fica no laboratório de informática, sendo usado para as duas atividades. Para as atividades esportivas a escola conta com uma quadra descoberta na escola e o pátio.

A referida escola conta com um alojamento para funcionários que fica a aproximadamente 30 metros de distância do prédio principal. Esse alojamento abriga todos os funcionários que se deslocam da sede e permanecem a semana toda na comunidade a serviço da escola. Geralmente, os funcionários que ficam neste alojamento são: diretor escolar, supervisora, professores, serviçais e motoristas. Os outros funcionários que moram na própria comunidade e/ou no distrito próximo, não precisam do alojamento. Nos finais de semana, quando todos retornam para suas residências, o vigia, que é da comunidade, toma conta do alojamento e da escola.

Para a realização dos objetivos, a escola conta com recursos da Caixa Escolar que são administrados pela direção e pelo colegiado. A escola conta ainda com o suporte da Secretaria Municipal de Educação (SME), a qual fornece materiais didáticos, de limpeza e de recreação que são necessários ao funcionamento e estão sempre de acordo com as necessidades da escola.

A autonomia financeira da escola é parcial, pois é administrada pelo Órgão Público Municipal de Educação de acordo com o artigo 13º a 20º da Lei Orgânica do município, através de Conselhos Municipais. A autonomia

financeira refere-se ao controle de recursos financeiros, sempre de acordo com a proposta contida na LDB através da lei n.º 9.424, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental.

A comunidade escolar é informada anualmente, pelo colegiado, da utilização dos recursos financeiros do Caixa Escolar, que priorizam as ações previstas no plano de ação do Projeto Político Pedagógico, pois a escola só recebe anualmente os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os demais recursos arrecadados pela escola se dão através da realização de festas, bingos e rifas.

É importante citar que a administração e gestão financeira são feitas pelo diretor e pelo secretário municipal de educação. O Colegiado não funciona de maneira permanente e também não realiza reuniões sistemáticas.

O quadro de funcionários da escola conta com vinte e seis servidores, dividido da seguinte forma: um gestor escolar com formação em Magistério e Teologia; uma supervisora formada em Pedagogia; um escriturário/secretário escolar formado em Pedagogia; uma professora eventual formada em Pedagogia; seis professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental com formação em Magistério (um professor), Normal Superior (dois professores) e em Pedagogia (três professores); seis professores dos anos finais do Ensino Fundamental com habilitação específica; sete agentes de serviços públicos com Ensino Médio completo (dois agentes) e com Ensino Fundamental incompleto (cinco agentes); três motoristas de transporte escolar, todos com Ensino Fundamental incompleto.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

No ano de 2004 a Secretaria Municipal aderiu ao Ensino Fundamental de nove anos e a escola passou a atender alunos de seis anos. O ingresso na escola se dá através do cadastramento escolar e matrícula, sendo divulgados através de uma chamada pública realizados em rádio.

A escola oferece Educação Infantil (turmas de 04 e 05 anos) no turno vespertino atendendo vinte e cinco alunos; há também o Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) no turno vespertino atendendo sessenta e oito alunos e no turno

matutino (5º ao 9º ano) com noventa e quatro alunos. Dessa forma, há cento e oitenta e sete alunos matriculados e frequentes na escola. A educação em tempo integral está em fase de implementação sendo oferecida a todos os alunos, que desenvolvem oficinas de artes, esporte, recreação e orientações pedagógicas em horário extra turno.

A enturmação é feita pela equipe pedagógica e pelo gestor ao final de cada ano, tendo em vista que cada turma pode ter no máximo trinta e cinco alunos. O primeiro critério usado para a enturmação é o nível de aprendizagem e o segundo é não colocar alunos com problemas de indisciplina na mesma sala. Atendidos esses critérios, o restante dos alunos é distribuído de forma heterogênea, podendo ser feito o remanejamento quando houver necessidade. Esse é feito por toda a equipe pedagógica buscando atender às diversidades e um melhor rendimento para o aluno.

O grupo de professores da Escola Municipal Paiva, visando maior eficácia no atendimento individualizado em sala de aula, optou por utilizar o sistema de reagrupamento. Este sistema de reagrupamento é feito somente com os alunos que possuem baixo desempenho na aprendizagem. Eles são acompanhados por um professor recuperador, durante um período do turno, desenvolvendo atividades fora da sala que buscam sanar suas dificuldades.

Quanto à periodicidade de reuniões pedagógicas entre professores e coordenação e/ou direção, o que acontece atualmente é que os professores ficam na escola durante a semana toda, pois a escola se situa em uma zona rural. Pela manhã estão dando aula (“Módulo I”) e no período da tarde (terça e quinta-feira) estão fazendo o planejamento e reuniões pedagógicas, sendo nomeado de “Módulo II.” Sempre que necessário, a comunidade escolar é convocada a comparecer na escola. Tanto individualmente ou coletivamente, os pais participam de reuniões com os professores.

3- CURRÍCULO

O currículo escolar pode ser definido de acordo com as especificidades de cada instituição, das suas necessidades e das necessidades de cada aluno. Ou seja, a definição de currículo escolar leva em conta a vida do aluno na

escola e fora dela como um todo. Assim, é importante que o professor conheça o aluno na sua totalidade: seus interesses, suas experiências acumuladas, seus anseios, a realidade em que está inserido, etc. Tais elementos serão o subsídio para a sua ação pedagógica.

O termo currículo é usado com vários sentidos e várias definições. Santos afirma que:

O termo currículo... já foi definido: 1) como uma série estruturada de resultados; 2) como um conjunto de matérias; 3) como conjunto de experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola e 4) como intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa. Ultimamente, vem sendo entendido como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla. (SANTOS, 2011, p.15)

Para Lopes:

O currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionadas aos/ às estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o currículo, evidentemente, é algo que se constrói seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura.” (LOPES, 2000, p. 19)

A escola compreende o currículo como seleção de diferentes disciplinas que, articuladas, contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos. O plano curricular é analisado a cada ano pela equipe pedagógica e é o gestor que o apresenta à comunidade escolar. A comunidade pode fazer sugestões, mas o Colegiado como não atua nesse aspecto, não indica modificações e/ou alterações.

Os componentes curriculares são selecionados de acordo com a realidade do aluno e levam em conta os valores, pensamentos e perspectivas da época e da comunidade em que a escola está inserida. Esses são abordados de forma interdisciplinar e contextualizados, visando a aprendizagem significativa dos alunos. Assim, cada componente deve priorizar a aplicabilidade de seus conteúdos ao cotidiano, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, competências, procedimentos e atitudes necessárias ao exercício da cidadania.

A organização da Escola Municipal Paiva está embasada na estrutura do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove anos, respeitando as especificidades locais. As diretrizes curriculares

da escola seguem o modelo municipal que está embasado no CBC – Conteúdo Básico Comum (Estado de Minas Gerais) e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado pelo governo federal que são utilizados pelas equipes pedagógica e docente da escola para orientação do planejamento anual do processo ensino aprendizagem.

Os conteúdos são definidos e planejados anualmente e as atividades curriculares desenvolvidas na escola visam valorizar o que é próprio da infância e adolescência. Os objetivos didáticos definidos pela equipe pedagógica buscam priorizar a formação integral do aluno, levando em conta o desenvolvimento de atitudes e valores para a formação de um cidadão autônomo e ético.

O currículo da Educação Infantil visa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens significativas, orientadas e livres. Ele abrange dois eixos: o primeiro é *Formação Pessoal e Social*, em que se desenvolvem a Identidade e a Autonomia e o segundo é o *Conhecimento de Mundo*. Este é organizado em: Linguagem Oral e escrita, Natureza e Sociedade, Matemática, Movimento, Música e Artes Visuais. O currículo do Ensino Fundamental está organizado de acordo com as áreas do conhecimento, sendo: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Ensino Religioso, Educação Física, Conhecimentos de Informática e Língua Inglesa.

Os temas transversais permeiam todo o processo educativo: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Artes e História.

A escola busca a sistematização de métodos/metodologias e técnicas que favoreçam a aprendizagem do aluno, valorizando a pesquisa, oficinas, trabalhos em grupo, debates, discussões, estudos dirigidos, palestras, seminários, laboratórios, aulas práticas e de observações. Para que tudo isso aconteça, as atividades devem estar contextualizadas, ou seja, fazendo relações com a realidade e a prática social, com isso pode-se trabalhar com uma ação interdisciplinar, reunindo contribuições de todas as áreas do conhecimento, num processo de elaboração do saber voltado para a

compreensão da realidade, descobrindo potencialidades e alternativas de atuação sobre a mesma, transformando-a.

O planejamento é bimestral e é feito por série, nas séries iniciais; e por disciplina, nas séries finais. O planejamento diário é feito na escola duas vezes por semana com folgas para os professores das séries finais, cumprindo oito horas de planejamento, o que está previsto por Lei Municipal (Lei do Plano de Carreira do Magistério). O controle de frequência é feito diariamente nos anos iniciais e por disciplina nos anos finais, cumprindo a exigência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação.

A escola, compromissada com a sociedade e inserida concretamente em sua comunidade democrática e inclusiva, integra a família nos projetos pedagógicos e de ações sociais, bem como nas demais atividades pedagógicas e sócio-culturais realizadas.

Um dos projetos mais significativos é o Projeto Geo/Ciências, onde os alunos expõem trabalhos desenvolvidos nas áreas de geografia e ciências, tanto nas salas quanto nos espaços coletivos da escola. Normalmente esse projeto é realizado no mês de junho. Outros projetos menores acontecem na escola dentro da área de saúde com o corpo e com o meio ambiente.

Os estudos de recuperação são oferecidos de forma contínua e paralela ao longo do ano letivo, assim que as dificuldades são detectadas pelos professores, que ficam responsáveis, junto com toda a equipe pedagógica, por buscar novas estratégias para superá-las.

4 . TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Paiva, procurando valorizar o espaço para o Ensino Infantil e Fundamental de nove anos, busca proporcionar um ambiente educacional receptivo e estruturado para atender, na medida do possível, às necessidades dos alunos e oferecer um processo ensino-aprendizagem significativo e de qualidade.

Possui uma área externa gramada bastante ampla, uma quadra esportiva e refeitório. Esses espaços são utilizados pelos professores e alunos nas práticas recreativas e educativas. Há também um laboratório de informática e uma rádio escolar comunitária utilizada pela escola e pela comunidade local.

A equipe docente, conta ainda com uma sala de planejamento espaçosa e material de apoio para planejamento das aulas. O planejamento é feito nas terças e quintas-feiras, no qual os professores cumprem duas horas de planejamento em cada dia, extra-turno compondo o Módulo II, conforme descrito no eixo “Estrutura Organizacional Pedagógica”.

Conforme citado anteriormente, as relações sociais no espaço de ensino-aprendizagem dessa escola são vividas além do horário de trabalho, pois a maioria dos funcionários vivem e convivem juntos durante a semana toda, superando conflitos, buscando a harmonia, respeitando as diferenças e gostos de cada um.

Ao discutir importantes aspectos do lugar, Pinheiro (apud PEKELMAN; SANTOS, 1999, p.65), inscreve o lugar como sinônimo do cotidiano, onde

se expressam não somente as experiências de vida, na perspectiva individual que o termo possa conter, mas contextos de relações distintas que envolvem pessoas, como coletividades e instituições, em espaços e tempos determinados.(PINHEIRO, 1999, p. 65)

Quanto à definição das divisões temporais da escola, o ano é dividido em bimestres. A jornada escolar é organizada em quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio e assegurado a duração da semana letiva com cinco dias e anualmente de duzentos dias letivos.

O calendário escolar é elaborado pela comunidade escolar, respeitando as normas legais e homologado pelo inspetor escolar. As especificações estão previstas no Regimento Escolar.

A escola proporciona a seus alunos um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens e brincadeiras, planejando os seus espaços em prol do desenvolvimento das crianças. A comunidade onde a escola está inserida, não possui outros espaços que possam ser utilizados pelos alunos e pela própria comunidade, neste sentido a escola é utilizada também pela comunidade para eventos culturais, esportivos, religiosos e festivos.

5. PROCESSOS DE DECISÕES

Os processos de decisão da Escola Municipal Paiva estão sempre subordinados à Secretaria Municipal de Educação e/ou ao poder executivo do município. Embora as finalidades da escola objetiva uma escola democrática que ofereça igualdade de oportunidades, visando a inclusão e a participação de toda a comunidade escolar, na prática isso não acontece.

A referida escola não possui autonomia e não tem participação no que se refere à escolha do gestor escolar, designação ou contratação de funcionários e nas compras de materiais utilizados pela/na escola, pois essas decisões são exclusivas do poder executivo. Cabe a escola apenas as decisões de ordem internas, ou seja, funcionar com o que tem, obedecendo às exigências da Secretaria Municipal de Educação.

O Colegiado e a Associação de Pais e Mestres estão desatualizados, e os mesmos não tem muita influência nas decisões da escola porque o poder executivo é quem decide de acordo com seus interesses políticos, econômicos e administrativos.

Certamente a melhor forma de obter uma gestão escolar democrática com um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e participativo, é através da participação efetiva de toda a comunidade escolar e local, com os órgãos colegiados (Conselho Escolar, Colegiado, Associação de Pais e Mestres) atuando e participando de todos os processos de decisões e que tenham iniciativa para buscarem soluções e estejam em constante atualização.

Nesta perspectiva Gonçalves afirma que:

(...) em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (GONÇALVES, 2001, p. 30)

Portanto, os processos de decisão da escola citada, ainda não conseguiram alcançar as propostas de uma gestão democrática, pois, segundo Gonçalves:

Na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentralizando o poder distribuído responsabilidades entre todos. [...] Em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas à escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido à integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Conselho Escolar com representações da comunidade.(GONÇALVES, 2001, p. 31)

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A relação professor/aluno, na perspectiva de ajuda e respeito é ponto forte no trabalho que é desenvolvido, pois estes alunos, juntamente com os professores, estabelecem critérios e normas de boa convivência dentro e fora da sala. Esse é um conceito do respeito que não se restringe à sala, abrangendo todas as áreas da vida da criança. Há sempre entre professor e aluno o respeito às diferenças, ao limite individual, pois são através destes conceitos que são estabelecidos projetos de trabalho que estimulam a curiosidade, a emoção e as manifestações artísticas e culturais.

Nesse aspecto, a escola prioriza o envolvimento com a comunidade, procurando conhecer e preocupar-se com os seus valores e desafios para buscarem alternativas para a melhoria da qualidade de vida, através do incentivo da participação dos diversos segmentos da sociedade na discussão de projetos.

Para tanto deve haver diálogo, parceria e criatividade com os pais, para que os mesmos possam ser parceiros da escola na empreitada de educar o aluno, usando estratégias como criação de eventos tais como palestras, seção de vídeo, bazares, campanhas, feiras, cursos, etc.

Quanto à relação professor-aluno, na maioria é boa, apesar de existirem algumas manifestações de agressividade e indisciplina por parte de alguns alunos, o que faz com que alguns professores sem saber como restabelecer a harmonia na turma, coloque alunos para fora de sala, levando o caso para a direção.

Cada um dos atores escolares desempenha o seu papel de acordo com o regimento da instituição e através do bem comum no processo ensino-aprendizagem. Assim, todos buscam uma convivência harmoniosa, onde as situações de conflito dentro do ambiente escolar sejam resolvidas através da reflexão e do diálogo. Os conflitos são inevitáveis em ambientes de convivência humana, devido às diferenças individuais de cada pessoa. No entanto, os conflitos nem sempre, podem ser caracterizados de forma negativa, eles podem ser utilizados como ponto de partida para buscar uma convivência mais harmônica e contribuir para a valorização e o respeito do próximo. Conforme Carvalho (2001, p. 51):

Os conflitos não tem necessariamente uma feição negativa e destruidora, e a ausência de conflitos não revela, por si só um ambiente sábio. No conflito nós desenvolvemos, progredimos e aprendemos a conviver com o que é diferente de nós. Se pensássemos e agíssemos de mesmo modo, não teríamos tantas descobertas e tanto progresso. O respeito às diferenças e o estímulo ao pensamento divergente desenvolvem a criatividade e pode fazer do convívio escolar um exemplo de convívio democrático. (CARVALHO, 2001, p. 51)

Avaliamos ser importante também que o professor esteja sempre refletindo sobre sua prática pedagógica, trabalhando de acordo com a realidade em que está inserido, planejando e executando ações coerentes, sendo flexível e aberto às mudanças necessárias que vão contribuir no desenvolvimento crítico, participativo, reflexivo do aluno para que ele atue com voz ativa perante a sociedade, exercendo seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que preze por valores morais, éticos e culturais, diplomando-se assim juridicamente e civilmente.

7. AVALIAÇÃO

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática educativa. Por meio deles os processos de aprendizagem dos alunos, a qualidade das integrações estabelecidas com outras crianças, adolescentes, funcionários e com o professor são contextualizadas.

A avaliação deve ter função diagnóstica, buscando investigar os conhecimentos, competências e habilidades que o aluno traz e formadora, no sentido de acompanhar a aprendizagem, identificando sucessos e dificuldades do processo de desenvolvimento, inclusive para reorientação. Deve ainda ter caráter de continuidade, visando reorganizar as ações educativas subsequentes.

A escola entende bem o que é avaliação diagnóstica e adota portanto sua prática baseada numa concepção sócio interacionista (Vygotsky, 1998), onde o aluno é o sujeito de sua própria aprendizagem, importando o processo e não somente o produto. O erro é encarado como subsídio para replanejar as ações. A avaliação é feita inicialmente por relatórios diários a partir de observações e é também paralela, pois é feita no final de cada bimestre.

A avaliação formativa é feita durante todo o processo, reforçando o aspecto qualitativo e quantitativo para que ao final do ano letivo seja feita uma avaliação somática, ou seja, quantifique o produto alcançado. Para Piaget (1993) “a avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada”. Ela antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, exercendo funções diferentes de acordo com o momento.

Ao final de cada bimestre é realizado o Conselho de Classe, onde são registrados os progressos e dificuldades dos alunos e as recomendações pedagógicas. Os pais ou responsáveis são informados sobre o desempenho dos mesmos.

O desempenho dos alunos é expresso através dos objetivos estabelecidos no planejamento semestral ou anual. Para que haja promoção de uma série para outra o aluno deverá ter 60% de aproveitamento em cada disciplina, conforme está previsto no Regimento Escolar.

Ficará retido na série em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se neste as disciplinas da série em que se encontra e aquelas em Regime de Progressão.

O aluno concluirá o nível somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que se encontra em regime de Progressão. A escola organizará diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo, como:

- Estudos Orientados: atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem.

- Estudos orientados ao longo do 1º semestre do ano letivo para alunos em regime de progressão parcial: o aluno pode ser liberado do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas (nos dois conteúdos). A direção da escola, apoiada pela equipe pedagógica indicará, para cada disciplina, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos estudos beneficiados pelas estratégias acima citadas dos estudos orientados e estudo independente em situação regular ou de progressão parcial.

A recuperação deve ser paralela e final (realizada na última semana do ano letivo), conforme está prevista no Regimento Escolar. Para assessorar o trabalho do professor na tomada de decisões sobre o desempenho dos alunos será realizado conselhos de classe a cada bimestre e ao final do ano letivo.

A classificação de alunos será feita pela comissão composta por supervisores, professores e direção administrativa com objetivo de posicioná-lo em turmas compatíveis com sua idade e desenvolvimento, podendo ser feita em qualquer série, exceto na Educação Infantil e 1º ano, por promoção, por transferência ou por avaliação.

Será dada ao aluno a possibilidade de reclassificação, ou seja, de reposicionamento em etapa mais avançada, daquela indicada no seu histórico escolar, que será feita também por uma comissão, composta por supervisores, representante de docentes do ano ou período do qual o aluno deverá ser classificado e direção administrativa. Nela o aluno será avaliado em todas as disciplinas, onde deverá ser posicionado; será apto se conseguir a média de 60% (sessenta por cento). Os resultados da avaliação da aprendizagem do aluno e a decisão final da comissão deverão ser registrados em ata assinada por todos os participantes da comissão e arquivada na pasta do aluno, junto com as avaliações.

A escola deve também adquirir a prática de se auto-avaliar de forma sistemática, envolvendo toda a comunidade escolar em duas dimensões, sendo:

- 1) Avaliação do processo educacional de ensino e aprendizagem: Será feito a cada bimestre e ao final do ano letivo, através da análise dos resultados alcançados e confrontados com o resultado de outras avaliações sistêmicas como o SIMAVE e SAEB, sendo divulgada para toda a comunidade escolar.
- 2) Avaliação da execução e resultados do Projeto Político Pedagógico: o acompanhamento dessa proposta visa a manutenção da coerência e compromissos assumidos, tarefa de todos os segmentos da escola, coordenado pela equipe técnico – pedagógica – administrativa, de forma contínua e processual com as intervenções necessárias, de forma a realimentar o processo e voltado para o alcance dos objetivos.

Nesse sentido, a avaliação institucional, ou seja, a avaliação da escola como instituição é feita de acordo com o desempenho dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Para Souza (2010, p.01):

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive interdependentes. A avaliação da aprendizagem (...) serve tanto para análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2010, p.01)

Nesta perspectiva, a concepção de avaliação institucional segundo Souza (2010, p. 04) é que:

A escola possui cidadãos, que são profissionais ou usuários desta fundamental instituição pública. Desta forma, mesmo entendendo a centralidade da função pedagógica e dos sujeitos da educação escolar, não cabe olharmos para a avaliação institucional como uma alternativa para controlarmos apenas as ações das pessoas que trabalham na escola, sob pena de esquecermos de fora a responsabilidade dos próprios alunos, ou o fundamental papel que têm as famílias dos alunos ou o importante dever que tem o Estado e a sociedade para com a educação pública. (SOUZA, 2010, p. 04)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esse documento afirmando o quanto é importante a organização de uma gestão escolar, participativa e inclusiva que busca

oferecer uma educação de qualidade e significativa. Com uma filosofia voltada para a dinâmica psicossocial, na qual se pretende trabalhar e articular sua proposta, acolhendo os alunos, respeitando suas identidades, aceitando o que trazem consigo: o seu jeito de ser e de estar no mundo.

Acreditamos ser importante também ter uma dinâmica que trabalhe a percepção da diferença e aceitação dos hábitos e valores dos outros, de modo a criar, na sala de aula e em toda a escola, um clima de respeito mútuo, de lealdade e de reconhecimento dos erros, como passo inicial de sua superação, propiciando assim, um ambiente de conquista da cidadania.

Nesta concepção a escola precisa cada vez mais de profissionais comprometidos e com real interesse no processo ensino-aprendizagem.

Portanto, para que a escola possa cumprir plenamente a sua função sociopolítica e pedagógica e possa também garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade própria para a faixa etária em que se encontram, é necessário que sempre exista um projeto, elaborado com a participação de todos, e que ele deixe de ser apenas um documento arquivado na escola e passe a ser um manual para desenvolvimento das ações no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Matias. **Organização, gestão e projecto educativo das escolas**. Porto Edições Asa, 1992. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____, Presidência da República. Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**, através do artigo 60º, § 7º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em 20 de junho de 2013.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?** Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 06 de junho de 2013.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>.> Acesso em 20 de maio de 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.orgcurriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>.> Acesso em 12 de maio de 2013.

PARO Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Rio de Janeiro: 2005.

PIAGET, Jean, INHELDER, Barbel. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

PINHEIRO, R. **Modelos ideais x práticas eficazes: um desencontro entre gestores e clientela nos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo, conhecimento e cultura escolar**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**, 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 06 de junho de 2013.

_____. **Planejamento e trabalho coletivo.**

Universidade Federal do Paraná, Pró-reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.27-42.

_____. **Níveis do planejamento educacional.** 2010.

Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02 de julho de 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.